

Considerações sobre o processo de inserção da Educação Física na escola

Jairo Antônio da Paixão¹, jairopaixao2004@yahoo.com.br

1. Mestrando em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), Presidente Prudente, SP; especialista em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG; professor na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG).

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo analisar o processo de inserção da Educação Física como componente curricular na escola. Para melhor compreensão deste processo, foram considerados aspectos como a função da escola na sociedade, a relação estabelecida entre escola e sociedade, a organização da transmissão-assimilação¹ do saber elaborado, e as implicações deste processo de inserção, deste componente curricular na escola no contexto atual.

Palavras-chave: Educação Física, escola, processo de inserção.

RESUMEN: **Consideraciones sobre el proceso de inserción de la educación física en la escuela.** El presente estudio tuvo por objetivo analizar el proceso de inserción de la Educación Física como componente curricular en la escuela. Para mejor comprensión de este proceso, fueron considerados aspectos como la función de la escuela en la

1 O processo transmissão-assimilação é um conceito amplamente utilizado por Saviani (1990) quando este se refere ao processo ensino-aprendizagem.

sociedad, la relación establecida entre escuela y sociedad, la organización de transmisión-asimilación del saber elaborado, y las implicaciones de este proceso de inserción, de este componente curricular en la escuela en el contexto actual.

Palabras llaves: Educación Física, escuela, proceso de inserción.

ABSTRACT: Considerations about the insertion process of the Physical Education in the school.

The present study had as objective to analyze the insertion process of the Physical Education as curricular component in the school. For better comprehension of this process, some aspects were considered like: the function of the school in the society, the relation established between school and society, the organization of the transmission-assimilation¹ of the elaborated knowledge, and the implications of this insertion process, of this curricular component in the school in the present context.

Keywords: Physical education, school, insertion process.

Introdução

Olhando para a história da Educação Física pode-se identificar que, ao longo dos anos em que se deu sua inserção na escola como componente curricular, ela vem sendo utilizada para os mais diferentes propósitos, chegando até mesmo ser destituída de sua especificidade e função a ser desempenhada junto às demais disciplinas no contexto escolar.

O presente estudo procurou analisar o processo de inserção da Educação Física na escola. Para tanto, procurou-se considerar aspectos referentes à escola como sua função na sociedade brasileira, a organização do saber elaborado, sua transmissão-assimilação no cotidiano escolar, e a Educação Física como prática pedagógica no contexto atual.

I – A escola e sua função na sociedade

Nos últimos tempos, tem havido amplo debate a respeito da função da escola, seus objetivos e os valores que devem ser veiculados visando à forma-

ção e à integração do cidadão na sociedade. Ao mesmo tempo, a escola tem sido chamada a desempenhar tarefas educacionais e ainda compensar as carências do meio social de que advêm os alunos. Essa realidade se traduz numa verdadeira diversificação das funções daqueles que lidam com o saber elaborado, sua transmissão-assimilação no contexto escolar.

Assim, discutir sobre a escola e seus problemas na atualidade requer que se reflita sobre questões relativas ao que lhe é específico, ou seja, questões relativas ao saber – sua produção e veiculação nas situações de ensino-aprendizagem escolares (SAVIANI, 1994, p. 13).

É no cotidiano desta instituição que se efetivam ou não as propostas destinadas ao ensino. É no interior da escola que se desenrolam as histórias de vida de professores, alunos e demais segmentos que a compõem (SILVA, 1996, p. 42).

No entanto, a escola hoje não é vista como única agência capaz de fornecer a formação e garantir a ascensão social daqueles que a procuram. O saber elaborado, necessário à formação do cidadão atuante em nossa sociedade já não é monopólio da escola. Na verdade, ela nunca possuiu este monopólio. Fora da escola, há múltiplas formas de educação e auto-formação, que diferem apenas nos aspectos de sistematização e continuidade deste saber (GADOTTI, 1994, p. 88).

Considerando as exigências inerentes ao processo transmissão-assimilação no contexto escolar, faz-se oportuno ressaltar uma constante deterioração das instalações nas quais funcionam, dos escassos recursos materiais, bem como das condições de trabalho dos professores nas escolas da rede pública estadual de ensino. Reforçando esta problemática, Ribas (1999, p. 61) afirma que:

A precariedade das instalações, a insuficiente qualidade de formação do profissional, que se reflete na baixa qualidade de ensino, as dificuldades de relacionamento do professor com a clientela que frequenta a escola pública, o caráter autoritário do sistema escolar são apenas alguns dos problemas entre outros, que colaboram para o descrédito dessa escola (RIBAS et al 1999, p. 61).

Em muitas ocasiões, os docentes acabam sendo apontados como os principais responsáveis quando a tônica das discussões educacionais enfoca a qualidade do ensino.

Assim, constatar esta situação implica indiscutivelmente, em reconhecer que a escola pública encontra-se em crise. Tal situação decorre principalmente em função dos sistemas econômico e político, que acabam interferindo de fora

para dentro no sistema escolar, embora outros fatores contribuam para o agravamento do problema. (RIBAS et al, 1999, p. 61).

Em decorrência disso, torna-se pertinente constante pensar e repensar a despeito da função da escola, sua relação com o conhecimento que ela tem que veicular no meio em que está inserida.

À escola, cabe selecionar e organizar conteúdos pertinentes à realidade do aluno, preparando-o não só para atuar no mercado de trabalho, mas ainda, o desenvolvimento de valores próprios da natureza humana, que lhe são inerentes e que garantem a possibilidade de integração à sociedade. Ainda que vivamos numa sociedade dicotomizada, desigual cabe à escola a preparação do cidadão para nela viver e conviver.

Nesta perspectiva, vê-se que a escola ou ainda a educação num sentido mais amplo, exerce a função veiculadora de uma visão de mundo, de homem e de sociedade totalmente impregnada pela ideologia da classe dominante. Desta forma, a escola no bojo de funções, exerce a tarefa de “socialização”, preparando o indivíduo para viver numa sociedade de classes, o qual é levado a aceitar tal estrutura e suas contradições como coisas normais e muitas vezes desejáveis. Assim, a forma como a escola se organiza bem como o conteúdo trabalhado no seu cotidiano se encontram perpassados por essa ideologia dominante (BRACHT, 1992).

Dentre as críticas que normalmente recaem sobre a escola, volta-se especialmente o foco para a diferenciação no que se refere à qualidade e às oportunidades educacionais direcionadas às diferentes classes sociais, ou seja, dos filhos dos pobres e dos ricos no contexto escolar.

Contudo, não se deve perder o significado de escola e sua função na sociedade. Na verdade, o que realmente irá definir a escola, independente dela se constituir uma instituição pública ou privada, é precisamente o fato de ser um ambiente formador de identidades (SILVA, 1996, p. 47). De qualquer forma, com todos os problemas enfrentados pela educação, seja na escola pública ou privada, é nela que:

(...) se concretiza o objetivo máximo do sistema escolar, ou seja, o atendimento direto de seus usuários nas relações de ensino-aprendizagem. É nela que as metas governamentais são atingidas ou não, as políticas educacionais se realizam tal como o previsto ou sofrendo distorções (p. 42).

Evidentemente há diferenças entre escolas públicas e particulares tais como política adotada, objetivos, clientela, estrutura, filosofia entre outras. Desta interpretação, percebe-se a estreita vinculação entre a escola e a sociedade e

constante interação entre ambas. Para o entendimento da instituição escola, é necessária a compreensão da sua problemática, que perpassa a sociedade na qual se encontra, sua organização, seu currículo, suas disciplinas e conteúdos.

Jaguaribe (1986, p. 35) afirma que devemos estar atentos para aspectos como altos índices de evasão escolar, repetência maciça, qualidade discutível do ensino, bem como as taxas elevadas de analfabetismo, pois podem ser interpretados como indicadores do não cumprimento pela escola de sua função social.

Desta forma, é necessário considerar a incerteza, a dúvida e constante questionamento, permitindo prosseguir em busca de caminhos alternativos. Assim, cientes das contradições presentes na sociedade, reúnem-se elementos necessários para questionar o que está colocado, buscando sua superação.

A escola ainda é, sem sombra de dúvida, uma das principais instituições sociais no que tange às mudanças de comportamento do cidadão. E quando essa educação leva em consideração as diferenças do sistema social no qual a escola está inserida, provavelmente surgirão daí cidadãos dotados de consciência crítica, emancipados culturalmente e intelectualmente (GALVÃO, 1995, p. 2). Em decorrência dessas finalidades, a escola deverá funcionar a princípio, como espaço para reflexão e busca de melhoria da educação como um todo, propiciando ao aluno o entendimento de mundo e o contexto histórico em que vive.

As reflexões caminham para a necessidade de não se perder de vista as possibilidades. Assim faz-se importante saber a direção a ser tomada, pois este aspecto se constitui elemento diferenciador na atuação profissional na escola.

II – A organização da transmissão-assimilação do saber elaborado

Olhando para o interior da escola, o trabalho lá desenvolvido, sua função e o conhecimento que precisa ser veiculado, de imediato essas questões remetem à forma como essa função é organizada, pois

(...) a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantem o acesso aos conteúdos... (LIBÂNEO, 2002, p. 106).

Desta forma, a escola é uma instituição responsável pela formação do cidadão, visando a sua plena atuação na sociedade. No entanto, não é qualquer tipo de saber que a escola transmite. Trata-se de um saber elaborado que deriva do conhecimento culturalmente desenvolvido pelo homem no decorrer de sua existência. “Assim, na definição do que deve integrar o conteúdo do ensino (...)

tende a predominar a relevância do conhecimento e do seu domínio para cada indivíduo, ora a sua relevância para a solução dos problemas da sociedade” (SAVIANI, 1994, p. 150).

Sob este aspecto, deve-se ter em mente que a relação estabelecida entre difusão do saber e educação escolar é algo praticamente clássico², não somente no âmbito pedagógico-didático, como ainda nas inúmeras instâncias que compõem a sociedade. Nesta perspectiva, a escola irá organizar e sistematizar esse conhecimento de modo que se tenha coerência na sua aplicabilidade no processo transmissão-assimilação. Esse procedimento é largamente conhecido como currículo.

Geralmente a questão curricular se apresenta de forma ambígua aos profissionais da educação. E essa ambigüidade se faz presente na escola, a partir de uma noção equivocada de currículo, que generaliza sua designação como tudo o que se desenvolve no interior da escola. Assim, todas as atividades desenvolvidas no decorrer do período letivo acabam sendo caracterizadas como curriculares. Sobre este aspecto Saviani (1990) afirmou que ultimamente, vem-se utilizando o conceito de currículo enquanto conjunto das atividades desenvolvidas pela escola. Portanto, currículo se diferencia de programas ou elenco de disciplinas; segundo esse conceito, currículo é tudo o que a escola faz; não fazendo sentido falar em atividades extracurriculares. Assim o autor foi levado a corrigir esse conceito, acrescentando-lhe o adjetivo nucleares. Com essa retificação, a definição passaria a ser a seguinte: currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Pois, se tudo o que acontece na escola é currículo, se apaga a diferença entre curricular e extracurricular, então tudo acaba adquirindo o mesmo peso; e abre-se o caminho para uma série de confusões que levam por descaracterizar o trabalho escolar.

Em sua concepção, o valor das atividades extracurriculares na escola não é negado, quando afirma que as atividades extracurriculares

2 Em sua citação, ainda que correndo o risco de ser interpretado como defensor da escola tradicional, Saviani (1990) prioriza dentre as funções da escola o processo transmissão-assimilação do conhecimento elaborado. Tal função é considerada pelo autor, como clássico ou essencial na escola. Desta forma o clássico é aquilo que se firmou como fundamental, constituindo-se num critério útil para seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico.

(...) só tem sentido na medida em que possam enriquecer as atividades curriculares, isto é, aquelas próprias da escola, não devendo em hipótese alguma prejudica-las ou substituí-las (SAVIANI, 1990).

A despeito da problemática que pode ser desencadeada a partir da percepção que a escola tem de currículo, faz-se importante levar em consideração a função social atribuída ao currículo na escola. Destaca-se que é imprescindível “ordenar a reflexão pedagógica do aluno de forma a pensar a realidade social desenvolvendo determinada lógica” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 27).

As práticas de organização escolar podem ser reavaliadas em função de uma articulação entre os serviços técnicos e as formas de participação do corpo docente no contexto escolar (LIBÂNEO, 2002, p. 55).

Então, deve-se considerar o professor não apenas como mero transmissor do saber que a escola veicula, e sim como sujeito social atuante, influenciando e sendo influenciado pela forma como a escola organiza o processo de transmissão-assimilação do conhecimento trabalhado no seu cotidiano.

III – A Educação Física como prática pedagógica na escola

A busca pelo entendimento daquilo que cabe a cada componente curricular no âmbito da escola esbarra inexoravelmente na necessidade de se compreender a escola, sua realidade, bem como os problemas que perpassam o seu cotidiano.

Desta forma, a realidade na qual a instituição está inserida, normalmente acaba por influenciar na condução do processo transmissão-assimilação.

Neste contexto, dentre as mais variadas situações que permeiam o ambiente escolar, a disciplina Educação Física parece afastar-se da sua função e importância enquanto componente curricular. E o mais intrigante que, disciplinas como Educação Física e Educação Artística, por não fazerem parte do elenco daquelas preparatórias para o vestibular, podem voltar-se para outras questões que não sejam àquelas direcionadas para este tipo de concurso, como as de caráter social, histórico e culturais. Esta condição possibilita à Educação Física um espaço amplo e privilegiado no que concerne a implementação e mudanças no processo de transmissão-assimilação.

Essa disciplina vem sendo “negligenciada pela escola, disposta como simples atividade. Distante, torna-se a Educação Física dos demais componentes do currículo e da equipe técnica” (MATOS, 1993, p. 63).

Assim, relegada a um plano inferior, nota-se que no contexto escolar, a Educação Física é um componente que na maioria das vezes é marginalizado, desconsiderado, e excluído de projetos políticos pedagógicos de certas escolas. Sobre este aspecto, Soares afirma que:

Nós, educadores de profissão, temos o hábito de desconsiderar a educação física e a educação artística enquanto “conteúdos curriculares”, julgando não serem eles necessários à formação do homem, considerando-os supérfluos e desnecessários, uma vez que não se ligam diretamente a atividade produtiva (1990, p. 51).

Essas palavras demonstram a supervalorização do pensamento em detrimento do sentimento e do movimento, impedindo manifestações livres e espontâneas do ser humano, condicionando-o a viver e expressar-se de maneira muitas vezes contrária aos seus anseios.

Contudo, a Educação Física, uma vez inserida no contexto escolar é, sobretudo educação. Deste modo, os valores-fins da educação e Educação Física se entrelaçam se identificam na formação do homem seja em sua dimensão pessoal ou social (GALVÃO, 1995, p. 103).

Essas afirmações a despeito da Educação Física no contexto escolar levam a busca de pistas em momentos anteriores (históricos) a despeito desta prática pedagógica no interior da escola.

IV – A inserção da Educação Física no contexto escolar

Percebe-se, que a trajetória da Educação Física é permeada por lutas, e constantes buscas no intuito de se firmar como área do saber.

Desde sua implantação oficial na escola, no século XIX em 1851, sob influência médica, a Educação Física fundamentava-se pelos princípios eugenistas e higienistas³, primando-se pelo aprimoramento da raça humana, e

- 3 Sob a influência médica, à Educação Física era atribuída a função coadjuvante no aperfeiçoamento das qualidades físicas e mentais do indivíduo, contribuindo ainda com a formação de hábitos higiênicos na manutenção da saúde da população. Tal fato se inicia com o movimento higienista, que no Brasil teve seu apogeu com a chegada de D. João e a família real vinda de Portugal. Para uma abordagem mais ampla sobre o assunto, ver Castellani Filho, 1988.

a busca pela perfeição do físico, fundamentando-se na perspectiva biológica. Desta maneira, buscavam-se tais objetivos através da internalização pelos indivíduos de hábitos saudáveis e higiênicos. Ao negligenciar o aspecto histórico e, por sua vez, enaltecer o orgânico, a tendência médica acaba relegando o caráter pedagógico da Educação Física na escola, atribuindo-lhe uma função distante de seus propósitos como componente curricular.

Sob influência militar, esta prática educativa enfocava uma hierarquia entre professor-aluno através da ordem, da disciplina, subordinação e do controle dos movimentos que se traduzia na aplicação dos métodos ginásticos nas aulas.

O professor de educação física estava encarregado, e cumpria com fidelidade, até com orgulho, as tarefas de dar ginástica, ensaiar marchas e desfiles para as festividades cívicas sob inspiração das práticas militares (SANTIN, 1992, p. 16).

A Educação Física nesta perspectiva ganhava status como possibilidade de progresso do Brasil, através da preparação dos jovens para a defesa da pátria e da preparação física da classe trabalhadora do nosso país.

Assim, a Educação Física acaba assumindo características que não lhe eram próprias e desempenhando papel que não era o seu e isso, indubitavelmente, lhe afastou de sua verdadeira função no componente curricular na escola. O somatório desta situação acabou por contribuir na perda de sua especificidade e, conseqüente, marginalização frente às demais disciplinas na escola.

V – A abertura democrática

A década de 80 representou um marco não só para a Educação Física, como para outras áreas do saber, momento este favorecido pelo processo de abertura política e a saída de cena, ainda que lentamente, do regime autoritário do país. Isso favoreceu a inúmeros intelectuais que sentiram a necessidade de se construir um conhecimento mais crítico, fundamentando-se assim na Filosofia, Sociologia, e Pedagogia. (MORENO, 1996, p. 55).

Foi uma época decisiva para a Educação Física no Brasil. Como reforçam Souza e Vago "(...) em que seus alicerces foram abalados por estudos, seminários, congressos, publicações, que problematizaram as suas origens e a sua história como componente curricular" (1997, p. 19).

Desse movimento, surgem várias críticas e denúncias sobre a hegemonia e a forma como vinha sendo praticado o esporte na escola.

Resultam a partir daí, algumas propostas metodológicas de trabalho na Educação Física escolar, que possibilitavam aos profissionais novos caminhos no trato com esta prática pedagógica na escola.

Evidencia-se a despeito de algumas dessas propostas, certas “incompatibilidades” com a realidade vivenciada pelo professor na escola pública, bem como sua atuação junto a esta prática pedagógica. Estas incoerências vão desde a sua efetiva aplicabilidade na realidade escolar, à total desconsideração destas propostas com a especificidade da Educação Física. Até então, essa era colocada na condição de prática corporal auxiliar visando tão somente ao sucesso do aluno nas disciplinas consideradas importantes na escola.

Medina (2002, p. 35) afirmava que há necessidade de a Educação Física entrar em crise. Tal opção pela crise significaria um momento para reflexão e busca de caminhos alternativos e, ainda, que os profissionais de Educação Física estariam distinguindo o educativo do alienante, o fundamental do supérfluo.

Após esta crise, se é que ela ocorreu, nota-se que muitos professores, talvez por uma interpretação equivocada da pedagogia dita “aberta”, começaram a direcionar suas práticas pedagógicas de forma mais espontaneísta, perdendo referenciais como conteúdos objetivos e critérios de avaliação, entre outros.

Enfim, apesar desta concepção de educação permitir uma abertura maior no processo transmissão-assimilação, isto não significou que se tenha que ignorar toda e qualquer delimitação dos princípios que norteiam o ensino deste componente curricular. Nesta abordagem, Bracht afirma que “(...) a questão dos objetivos – conteúdos (métodos de ensino) da Educação Física, é um dos pontos centrais do desenvolvimento de sua identidade pedagógica” (1992, p. 24).

Considerações finais

O cenário atual da Educação Física no contexto escolar nos remete a um quadro ainda marcado por um processo permeado por avanços e recuos, influenciando diretamente sua legitimidade como área do saber.

Desta forma, entendendo o conhecimento como resultante de uma construção, é mister a compreensão de que a Educação Física como componente curricular vem pleiteando um lugar não de superioridade, mas sim, de conjunto com as demais disciplinas que compõem o currículo na escola.

Referências bibliográficas

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho na escola**: alguns pressupostos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GALVÃO, Zenaíde. Educação Física Escolar: transformação pelo movimento. **Revista Motriz**, v. 1, n. 2, dez. 1995.

JAGUARIBE, H. (Org.). **Brasil 2000** – para um novo pacto social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LIBANEO, José C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MATOS, Sergio S. Educação Física, Escola, Cidadania e o Procedimento Metodológico da Avaliação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 14, n. 2, p. 65, Jul. 1993.

MEDINA, João P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2002.

MORENO, Andréa. **Educação Física**: de que profissão e de profissional se fala? ... com a palavra, professores e alunos. 1996. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBAS, Márcia H. et al. O pensado e o construído: um olhar sobre o cotidiano da escola. In: QUELUZ, Ana G. (Org.). **O trabalho docente**: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

SANTIN, Silvino. **Educação Física**: temas pedagógicos. Porto Alegre: EST/ESEF, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia**: histórico-crítica. São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção Primeiras Aproximações)

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1994.

SILVA, Jair M. **A autonomia da escola pública**: a re-humanização da escola. 6. ed. Campinas: Papirus, 1996.

SOARES, Carmem L. Fundamentos da Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 71, jan./abr. 1990.

SOUZA, Eustáquia S.; VAGO, Tarcísio M. A nova LDB: repercussões no ensino da educação física. **Revista Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Dimensão, v. 2, n. 10, jul./ago. 1997.